



GT 001. A antropologia da morte: perspectivas etnográficas em diálogo.

Hippolyte Brice Sogbossi (Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergip) - Coordenador/a, Thiago Zanotti Carminati (Universidade Regional do Cariri) - Coordenador/a

A importância dos estudos sobre a morte é inegável. Nem sempre teve a atenção adequada esse fato universal. Aos poucos, surgem estudos especializados em vários domínios do conhecimento. A morte é um fenômeno físico, social e cultural e desperta muita curiosidade. Um acontecimento, experienciado, vivido de múltiplas formas que implicam os vivos na situação de observadores da morte do outro. Mas há também a não-morte: a carne morre, mas a pessoa vive. A atual proposta, considerando a diversidade de enfoques sobre o fato, objetiva acolher e discutir trabalhos transdisciplinares, sendo que o diálogo com a antropologia é fundamental. Estudos comparativos também são bem vindos, e os enfoques deverão questionar e contextualizar as teorias hegemônicas ocidentais sobre a morte. Preferência ser dada a etnografias que versem sobre a temática, em situações como o suicídio, a morte por desaparecimento, o falecimento como resultado de doenças, a morte misteriosa, o infanticídio, o assassinato, o feticídio e os rituais religiosos ligados; enfim, morte como ligada a contextos políticos, sociais, biológicos e culturais.

"Matar e Morrer como um Salvador da Pátria": Religião como Forma de Assujeitamento Profissional em Contextos Militares

Autoria: Vinícius Rodrigues Gonçalves

Tenho pesquisado no Doutorado um curioso Dispositivo, elaborado pelo Exército Brasileiro em sua mais recente atividade padrão: as ocupações e operações urbanas. Podemos tomar como marco inaugural a missão de paz no Haiti (2004 até 2017), que foi seguida pelas ocupações de Alemão e Penha (2010-2012), e depois Maré (2014-2015), e agora expandidas para todo o estado do Rio de Janeiro - primeiro pela promulgação de um decreto presidencial baseado na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em 2017, e depois pela Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado fluminense (2018). Esse tipo de combate exige um novo tipo de sujeito profissional: um militar que tenha o equilíbrio perfeito entre a dificuldade de atirar, e a liberalidade no uso da arma de fogo, em um momento de crise. Isso é requerido dos soldados, uma vez que as ações se dão em ambiente urbano, e no meio das populações - aonde qualquer erro fatalmente levará a morte de civis inocentes, causando sobressaltos e debates na opinião pública mormente indesejados pelas Forças Armadas. Como modelo da atuação esperada desse profissional da guerra urbana, um exemplo da cultura cinematográfica: Robocop. Robocop é um "Policial do Futuro" que atua numa Detroit distópica, sendo resultado de um projeto de Engenharia Cibernética implantado em um policial morto. Após a intervenção, em princípio Robocop perde a maior parte da sua humanidade - mais notadamente, uma das áreas afetadas são as emoções. Despojado de suas "fraquezas", Robocop é pensado como aquele que mata não "menos", mais "melhor". Porque ele distingue, em segundos, quem é "inimigo" ("terrorista", "bandido", etc.), e quem é "cidadão de bem". Para efetuar tal assujeitamento, o Exército Brasileiro tem investido em uma série de recursos. Pretendo analisar dois tipos: os capelães do SAREx (Serviço de Assistência Religiosa do Exército), e os militares especialistas nas assim chamadas "Operações Psicológicas" ("OPsico"). Ambos têm operado com base no uso abundante da linguagem religiosa, a fim de convencer aos soldados acerca da legitimidade do ato de matar em nome da Pátria, e de Deus. Acredito que o estudo dessas iniciativas nos ajudem a compreender sobre o que é matar e morrer, no contexto daquilo que Michel Foucault denominava "Biopoder".





Realização:



Apoio:



Organização:

